

# Desvantagens do comércio em moeda local

A não ser que o Brasil queira ser magnânimo em favor da integração entre os membros do Brics, dificilmente há justificativa para arcar com os custos de transação em moeda local

Por **Maílson da Nóbrega**

28/11/2024 05h03 - Atualizado há 3 horas

Na declaração final da XVI Cúpula do Brics, realizada em Kazan (Rússia) no último mês de outubro, anunciou-se o acolhimento do “uso de moedas locais em transações financeiras entre os países do Brics e seus parceiros comerciais”. Não é de hoje que se discute a conveniência de adotar moedas locais nas transações de comércio entre países. Na América Latina, que nos anos 1980 enfrentava escassez crônica de divisas, o objetivo era reduzir as transferências internacionais em moeda forte e assim facilitar o intercâmbio comercial na região.

Nesse contexto, em agosto de 1982, foi celebrado o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), no ambiente da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). O acordo, operacionalizado pelos bancos centrais dos países participantes, prevê compensações quadrimestrais. Os saldos credores e devedores serão liquidados em dólares americanos ao final dos meses de abril, agosto e dezembro. O Brasil deixou de integrar o convênio em 2019.

A ideia renasceu recentemente nas reuniões do Brics, agora com outra motivação, qual seja a de contrapor-se ao “privilégio exuberante” do dólar americano. A proposta de uso de moeda local nas trocas comerciais foi fortemente apoiada pela China e pela Rússia. Para os chineses, está em marcha a decadência americana, que se aceleraria se o dólar fosse destronado como moeda-rei das transações comerciais e financeiras do mundo. Os russos, por seu turno, buscam livrar-se das sanções impostas em consequência da invasão da Ucrânia.

Acontece que o dólar está muito longe de perder sua hegemonia. Desde o século XIX, o domínio de uma moeda nas transações internacionais correspondeu à condição de potência econômica de seus emissores, que detêm outras vantagens como, entre outras, instituições fortes, respeito a contratos e estabilidade das regras do jogo. Foi assim com a libra esterlina britânica e depois com o dólar americano. A queda de participação dos Estados Unidos no PIB mundial, de 27% para 23% no ano 2000 (e mais recentemente para 16%), foi compensada pela decisão do resto do mundo de manter boa parte de suas reservas internacionais nos bancos de Nova York, segundo assinalou a revista “The Economist” em matéria recente. O rei dólar manteve seu trono.

Segundo a mesma revista, desde a década passada, o governo chinês tem buscado elevar os negócios em sua moeda, o yuan. Para tanto, tem utilizado swaps de moeda e mecanismos de pagamento de transações em moeda local. Cerca de 25% a 30% do comércio exterior de bens e serviços da China já são conduzidos em sua própria moeda. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), todavia, a participação do dólar nas reservas internacionais reduziu-se apenas levemente em comparação com seu nível em 1995.

A China não pode oferecer uma moeda tão segura e líquida como o dólar. Seu sistema autoritário está associado ao controle da conta de capital. Isso gera incertezas, pois os investidores não podem estar seguros se podem sempre fazer remessas para o exterior. Nenhum outro país combina, como os Estados Unidos, Estado de direito, mercados financeiros profundos e líquidos e uma conta de capital aberta, o que assegura aos investidores a fácil repatriação de seus recursos, a baixos custos.

Estudo do Federal Reserve (2023) indicou que o domínio do dólar se manteve estável nos últimos 20 anos, o que se explica também pela mencionada liquidez. De fato, é mais fácil e menos custoso liquidar operações mediante uma única troca entre o dólar e a moeda local. Nas transações cogitadas pelo Brics, poderia haver duas transações, a primeira entre as duas moedas locais e a segunda entre elas e o dólar.

A opção por transações em moeda local com os membros do Brics é desvantajosa para o Brasil. Suponha uma exportação de produtos manufaturados para a Índia, membro do grupo. O exportador seria obrigado a receber em rupias, mas, se não importar produtos e serviços que possam ser pagos na moeda dos indianos, ficará com um crédito nessa mesma moeda. A preferência será naturalmente receber em dólares, mas para tanto será obrigado a realizar mais uma operação de câmbio, agora entre rupia e dólares, arcando com o respectivo custo, o que reduzirá seus lucros e sua competitividade.

Hoje, o exportador pode dispor de sua receita de exportações em dólares ou na moeda conversível que desejar, mas se o acordo dos Brics avançar e um país membro como Cuba (agora “parceira” do grupo) exigir pagar em pesos cubanos, não terá outra opção se quiser exportar para aquele país.

A não ser que o Brasil queira ser magnânimo em favor da integração entre os membros do Brics, dificilmente há justificativa para arcar com os custos de transação em moeda local. Além disso, superamos a situação de escassez de divisas que nos atormentava no passado. Hoje, o Brasil é um credor internacional líquido, já que as reservas internacionais superam o valor da dívida externa. Ficou para trás a fragilidade do balanço de pagamentos do século XX. Desapareceu o risco das crises que nos levavam a suspender pagamentos externos e a enfrentar difíceis negociações da dívida externa. Diferentemente dos tempos da escassez aguda de divisas, pagamos pontualmente nossas transações em moeda forte. Podemos exigir o mesmo de nossos parceiros. Não faz sentido renunciar ao dólar, uma moeda conversível, de alta liquidez e aceita em todos os mercados cambiais.

Os Brics poderiam criar um mecanismo semelhante ao CCR da América Latina ou outro sistema de uso de moeda local com compensações periódicas em dólares, mas essa ideia poderia ser vetada pela Rússia, pois o país permaneceria vulnerável às sanções. Ao concluir a matéria aqui comentada, a “The Economist” reproduziu a declaração em que Lula se queixava do poder do dólar. “Toda noite eu me pergunto por que todos os países têm que basear seu comércio no dólar”, disse ele. “Quem foi que decidiu isso?” O texto parou aí, sem qualquer comentário. Nem precisava.